

Famoso juiz conta como conseguiu fortalecer-se através da oração

Outro juiz a meu lado

De uma alocução proferida no Church Club de Nova York

Pelo Juiz Harold R. Medina

NÃO ME CONSTA que nenhum juiz tenha jamais discutido publicamente a influência da religião sobre a sua atividade de todos os dias. Pois eu julgo bastante oportuno o momento de vir algum a público fazê-lo.

Robustece-me, desde a meninice, uma fé implícita e inquebrantável. Para felicidade minha, ensinaram-me a orar numa idade tão tenra que só uma vez, durante tantos e tantos anos, me recorde de ter ido para a cama sem antes dizer as orações habituais. Era a minha primeira noite de colégio interno, quando eu tinha uns 14 anos, e o nervosismo, conseqüente de estar longe de casa e de conhecer o meu companheiro de quarto, fêz-me esquecer. Mas nunca mais se repetiu!

Tal como acontece com a maior parte das pessoas que conheço, sem-

pre desejei ser um cristão perfeito. Mas agora, olhando para o passado, verifico que quase não me esforcei por concretizar aquêlê anseio. Como estudante e, depois, como advogado, lutei com denôdo em prol do que me parecia justo, nutrindo interesse profundo e apaixonado pelas regras do direito e pela história da sua evolução. Só depois de tornar-me juiz, entretanto, foi que começou a nascer em mim um novo senso de responsabilidade e a compreensão de que a humildade e a oração deviam desempenhar, no exercício das minhas funções cotidianas, um papel tão importante quanto o do conhecimento do direito. Ao presidir as audiências em que se julgam acusados e acusadas, a fim de deliberar sobre o prazo do seu encarceramento, ou mesmo sobre se devem viver ou morrer, capacito-me cada vez mais de que sou um servo não apenas do povo como de mais Alguém.

Lembro-me do dia em que uma ladra foi trazida à barra do tribunal para ouvir a sentença que lhe seria imposta. Tinha ela roubado cheques emitidos pelo Tesouro para pagamento de auxílios a desempregados e mensalidades de pensões, subtraindo-os às caixas de correspondência das casas de habitação coletiva. Tratava-se, sem dúvida, de um grave delito contra os pobres e necessitados. Mas era óbvio, também, que a mulher estava em vésperas de tornar-se mãe.

Enquanto me ocupava em exa-

minar o relatório do seu comportamento durante o livramento condicional em que se encontrava, ela me fitava ameaçadoramente, com olhos que destilavam ódio. E de repente desmandou-se num chorri-lho de improperios, utilizando um linguajar impudente e ofensivo.

Nada calmo por natureza, aquêles insultos ofenderam-me profundamente. Ter-me-ia sido fácil capitular aquela atitude como desrespeito ao tribunal. Ela o estava realmente desrespeitando e eu havia jurado sustentar a dignidade da côrte de justiça. Mas é preciso também que a gente saiba pôr-se de sobreaviso contra os melindres do amor próprio.

Estaria eu, então, em condições de me manifestar com a isenção de ânimo e a retidão que ela tinha o direito de esperar de mim? A meu ver, não. A sensação misteriosa de que Alguém ali perto me observava levou-me a adiar a decisão para uma semana depois. Era preciso que eu readquirisse a minha humildade de espírito.

O caso dessa mulher mostrou-me quão necessitado eu estava de auxílio nas horas em que deliberava sobre os destinos de outros seres humanos. Embora ainda raciocinasse como advogado, dominava-me um senso muito mais profundo de responsabilidade. Não significava isso unicamente que avultasse em mim a preocupação de evitar erros judiciais, ou que estivesse apenas cumprindo à risca o meu dever. Trata-

va-se de um sentimento mais solene, um sentimento de que a minha obra constituía parte integrante da urdidura universal, parte integrante da lei moral, de origem divina. E vieram-me ao espírito as palavras do grande Nazareno, que também havia de morrer como se fôsse um criminoso comum:

«... antes o maior entre vós seja como o menor; e quem governa como quem serve.»

No domingo seguinte, o pastor anunciou, na igreja, que iria observar uma breve pausa a fim de que todos pudéssemos orar em silêncio, pedindo a Deus solução para algum problema que nos preocupasse. Pedi por aquela mulher. Orei com tôda a veemência e fervor de que me senti capaz.

Um ou dois dias depois, voltou a ré à barra do tribunal. Contei-lhe com tôda a franqueza o que se estava passando comigo. A princípio deixou-se ficar no seu lugar, carrancuda e agressiva. Mas olhou-me espantada ao saber que eu havia orado por ela. E maior ainda foi o seu espanto quando me ouviu condená-la mandando, porém, suspender a execução da pena.

Creio que ela nunca mais penetrará no recinto do meu tribunal ou no de qualquer outro tribunal do país. Um outro Magistrado me havia apontado a melhor maneira de agir.

A misteriosa presença se faz sentir por ocasião de todos os julgamentos realizados na minha sala de audiên-

cias. É como se Alguém estivesse constantemente a observar-me, velando para que as minhas decisões sejam conscienciosas e humanas. Cada vez me compenetro mais de que os meus atos serão fúteis, a menos que se enquadrem na lei moral que governa o todo.

Não tardou que as circunstâncias me pusessem diante de uma situação em que senti necessidade de orar com fervor sem paralelo em tôda a minha vida. Refiro-me à época em que presidi aos intermináveis e por vêzes tumultuosos julgamentos de 11 chefes comunistas americanos, em Nova York, no ano de 1949.

Sem as orações murmuradas nos intervalos entre as sessões não me teria sobrado ânimo para prosseguir até o fim. No mais aceso do julgamento, vi-me colocado entre fôrças antagônicas de cujo choque, até onde sabemos, talvez venha a depender o destino da raça humana. Um capricho da sorte fêz recair sôbre mim a incumbência de aplicar a justiça numa crise de magnas proporções. E cheguei a temer que as minhas fôrças se mostrassem insuficientes para a tarefa.

Só depois de algum tempo pude perceber que os comunistas contavam com o meu depauperamento físico na esperança de que, perdendo o contrôle dos meus atos, incorresse eu em alguma falta que induzisse em nulidade do julgamento. Mas ao sentir que as fôrças me abandonavam e que o fardo se me tornava cada vez mais difícil de suportar,

recorri à Fonte infalível que me tem fortalecido através da vida.

Um dia, sem dúvida em obediência a um plano preconcebido, um dos réus recusou-se a responder a uma pergunta, alegando um suposto privilégio constitucional que evidentemente não se applicava ao caso em espécie. Dei-lhe bastante tempo para discutir o assunto com o seu advogado e deixei o caso em suspenso durante a noite, a fim de procurar certificar-me de que não estava applicando errôneamente a lei. E então orei.

No dia seguinte, 3 de junho de 1949, condenei aquêlê réu a 30 dias de prisão, a menos que antes de decorrido êsse prazo êle modificasse a sua atitude de desrespeito ao tribunal, respondendo à pergunta.

Mal acabei de pronunciar a sentença o recinto do tribunal se transformou num verdadeiro pandemônio. Os outros dez acusados, bem como os respectivos advogados e inúmeros espectadores, puseram-se bruscamente de pé. Houve um grande alarido e em meio à confusão e ao barulho reinantes diversos dos réus se precipitaram em direção à mesa. No entanto, apesar de todo aquêlê alvoroço, eu me sentia perfeitamente calmo. Não elevei a voz acima do tom normal ao identificar alguns dentre aquêles homens, cuja linguagem ofensiva foi devidamente registrada, e condená-los à prisão até ao fim do julgamento.

Quero deixar bem claro, aqui, que o simples exercício da minha vontade

de e a faculdade de controlar os meus impulsos não me teriam sido suficientes para levar a prova a bom termo. Se já houve homem que sentisse a presença de Alguém a seu lado, fortalecendo a sua decisão e propiciando-lhe ajuda e conforto, êsse homem fui eu naquele dia.

E a mesma coisa se repetiu, lá pelo fim de agôsto, quando o tumulto provocado pelos comunistas se tornou tão intolerável que me vi obrigado a abandonar o recinto a fim de repousar no meu gabinete particular. Para ser franco, devo confessar que cheguei a pensar, naquele instante, em não mais voltar a presidir a sessão. Na minha fraqueza, parecia-me que a minha capacidade de resistência se havia esgotado. Eu não podia mais continuar, estava pronto, naquele momento, para desistir.

Ao invés disso, porém, qual uma criança amedrontada que, no escuro, chama pelo pai, apelei para Deus, pedindo-Lhe que me guiasse naquele transe, a fim de que fôsse feita a Sua vontade. Não posso relatar nenhuma experiência misteriosa ou sobrenatural decorrente daquela prece. Lembro-me apenas de que, reclinado no divã a um canto da sala quente e escura, uma nova vitalidade pareceu penetrar-me nas veias. Aquêlê breve período de comunhão com o meu Criador salvou-me a vida e o julgamento. Ao cabo de 15 minutos, senti-me completamente refeito e pude voltar ao exercício da minha tarefa.

E a partir daquele instante o meu fortalecimento se foi tornando cada vez mais acentuado. É que Alguém se conservava permanentemente a meu lado.



Bem encaminhado!

REALIZAVA-SE em certa escola primária uma exposição dos passatempos prediletos dos alunos, cujos extremosos pais ali se acotovellavam, para apreciar o trabalho dos seus rebentos. Na carteira de cada garôto ficava a sua parte, com uma breve descrição do "esporte" respectivo. Lá estava o clássico material: coleção de selos, bonecas, aviões-modelos, conchas, etc.

Entretanto, o que mais interêsse despertou foi uma coleção de cartões de Natal, apresentados com os seguintes dizeres: «Minha mania é vender cartões de Natal. Uma caixa igual a esta fica por 25 centavos, ou cinco por um dólar. Se fizer o seu pedido agora, entregarei os cartões três semanas antes do Natal. Deixe a encomenda na caixa que está sôbre a minha carteira ou telefone-me para WI-4025—Charles Thompson.»

—James M. Sutherland